
Clipping n° 967

, 29 Fevereiro 2012 - 11:13:44

Em carta, ABIGRAF manifesta insatisfação da indústria gráfica com nova campanha do Itaú A nova campanha publicitária do banco Itaú, em que um bebê dá gargalhadas ao ver seu pai rasgando um extrato bancário, gerou uma forte reação do setor gráfico brasileiro, que tem se empenhado desde meados de 2010 para informar corretamente a opinião pública sobre a origem do papel usado para impressão produzido no Brasil. Em janeiro, a ABIGRAF Nacional encaminhou carta à presidência e vice-presidência do banco, relatando equívocos presentes na campanha. No último dia 8, dirigentes da entidade reuniram-se com vice-presidente e diretor do banco para expor a insatisfação do setor. A ABIGRAF Nacional argumenta que o discurso sustentado no comercial, de que a suspensão dos extratos impressos pelos clientes contribuiria para um mundo mais sustentável, não condiz com as características da produção de papel e celulose nacional. Por meio de sua campanha *Imprimir é dar Vida*, a ABRIGAF sustenta que, no Brasil, cem por cento da produção de papel tem como origem florestas plantadas. Não podemos aceitar que uma instituição do porte do Itaú preste esse desserviço à sociedade, transformando o papel de imprimir em vilão, argumenta o presidente da ABIGRAF Nacional, Fabio Arruda Mortara. RV&A

Senai oferece diversos cursos técnicos O Senai-SP está com inscrições abertas para diversos treinamentos, com destaque para o novo curso de designer de embalagens. A entidade oferece treinamentos nas seguintes áreas: criação e desenvolvimento de personagem de cartoon; CorelDRAW para pré-impressão; Photoshop para pré-impressão; Illustrator para pré-impressão; InDesign para pré-impressão; produção gráfica digital; montagem eletrônica e operação de equipamentos computer to plate (CtP); fechamento de arquivos; gerenciamento de cores; pré-impressão digital para flexografia; produção gráfica; tratamento de imagens; colorimetria aplicada aos processos gráficos; densitometria aplicada aos processos gráficos; tecnologia de impressão offset; tecnologia de embalagens celulósicas; tecnologia de embalagens flexíveis; e diagramação e ilustração digital. Mais informações podem ser obtidas por telefone (11) 2797-6345 ou pelo e-mail formacao.continuada.grafica@sp.senai.br. Revista Tecnologia Gráfica

Dez respostas para ajudar sua empresa a vencer a burocracia Antes de contratar um funcionário, o empresário precisa conhecer uma série de leis trabalhistas para só então conseguir estimar os custos que o trabalhador trará para o negócio. Na hora de demitir, o processo se repete. Quando a empresa cresce, aumentam também os impostos e outros encargos que, se não forem bem calculados, podem comprometer a rentabilidade da empresa. A burocracia é um dos principais inimigos dos empresários brasileiros. Para tentar ajudar o empreendedor a resolver essas questões com mais agilidade e precisão, o Estado PME listou dez principais dúvidas dos empreendedores sobre contabilidade. As respostas dadas pelo Sebrae-SP podem ser conferidas no site do Estado. O Estado de S.Paulo

Projeto impede discriminação na contratação de trabalhadores É prática comum as empresas buscarem informações junto ao cadastro de inadimplentes para aprovarem ou não um candidato. O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado em 2010 no Senado (PLS 465/2009) e atualmente tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

da Câmara dos Deputados (PL 7.809/10) com a prática discriminatória hedionda "É um absurdo. Isso fere a dignidade, a honra e a vida privada das pessoas", argumenta o senador. O senador Paulo Paim salienta que não é contra a aplicação do chamado "ficha limpa" para a contratação de servidores, seja na área pública ou privada, mas a situação econômica de um determinado período em que a pessoa esteja desempregada, não pode ser critério para admissão no emprego. E afirma: "Quando o cidadão está desempregado ele prioriza o sustento de sua família. Qual pai ou mãe irá deixar seu filho com fome para honrar dívidas? Deixar de quitar uma prestação é algo presumível na situação de desempregado". **Mudança** Recentemente uma decisão da segunda turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), permitiu que o cadastro de inadimplentes seja utilizado como critério para contratação do empregado.

"Isso é um retrocesso. Uma lei do deputado Geraldo Magela (PT-DF) e sancionada pelo ex-presidente Lula já proíbe que os bancos usem esta metodologia para empregar e desempregar as pessoas". (Fonte: assessoria de imprensa do senador)

Deputados buscam consenso para votar projeto sobre fator previdenciário Os deputados que integram a Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social, grupo de trabalho criado para analisar propostas que interessam a trabalhadores e empresários, retomaram nesta terça-feira a discussão sobre o fim do fator previdenciário. Os parlamentares devem chegar a um acordo sobre o texto que será votado em plenário. O projeto de lei que extingue o fator (PL 3.299/08) já foi aprovado pelo Senado e aguarda votação na Câmara. Segundo o coordenador do grupo, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), o objetivo é reunir sugestões recebidas até o momento por entidades trabalhistas e patronais. Depois disso, será realizada uma audiência pública com o ministro da Previdência e essas entidades para avaliar a aceitação da proposta. Eduardo Gomes informou que essa audiência pública será precedida de uma proposta objetiva que será formulada com esses dois segmentos (trabalhadores e empresários) com o mínimo de consenso. "A capacidade do grupo de trabalho é de entrar com uma melhor condição de aprovação por ter o sentimento dos dois segmentos que fatalmente vão se enfrentar no Plenário. Então, tem um número maior de convergência."

Solução intermediária O deputado Assis Melo (PCdoB-RS), relator da matéria pelos trabalhadores na Câmara de Negociação, sugeriu que se encontre uma solução intermediária, que não seja nem o fim, nem a manutenção do fator previdenciário. A intenção do deputado é "conseguir aproximar os extremos". Ele diz que é necessário tentar buscar uma solução para o fator previdenciário, mas, até o momento, isso não foi conseguido. "Nós temos a nossa posição, que leva em conta os trabalhadores. Acreditamos que é uma injustiça muito grande para ser colocado nos ombros dos trabalhadores o fator previdenciário. Nós precisamos, no meu entendimento, acabar com isso. De que forma nós vamos fazer, só com a discussão aqui no grupo para conseguir chegar a um consenso." Relator pelos empresários, o deputado Jorge Corte Real (PTB-PE) preocupa-se com o déficit da Previdência, mas admite estar aberto à discussão de um novo modelo em substituição ao fator previdenciário.

Tempo de serviço O fator previdenciário é uma fórmula que reduz em cerca de 30% a aposentadoria de quem se aposenta por tempo de serviço e não por idade. Criado há mais de dez anos, o mecanismo tinha o objetivo de inibir as aposentadorias precoces. Em junho de 2010, o Congresso já havia aprovado uma emenda a uma medida provisória acabando com o fator previdenciário, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a proposta. (Fonte: Agência Câmara)

Representantes de trabalhadores pedem fim do fator previdenciário Aposentados, pensionistas e representantes dos trabalhadores da iniciativa privada e de sindicatos defenderam, nesta segunda-feira (27), o fim do fator previdenciário e uma nova política de valorização dos benefícios daqueles que ganham acima do salário mínimo. O assunto foi debatido pela Comissão de Direitos Humanos, na manhã desta segunda-feira (27), por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS). Para os participantes da audiência, o atual sistema de cálculo dos benefícios é ruim e prejudica os aposentados desde sua criação em 1999. O coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto, chamou o fator de "matemática perversa"

e "monstrengo tucano", por ter sido criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Já o representante da Nova Central Sindical, Celso de Miranda Pimenta, defendeu a extinção imediata do método de cálculo, afirmando que "não há remédio para um mau incurável". O senador Paulo Paim (PT-RS), por sua vez, considerou o fator previdenciário o "pior dos mundos".

Complemento de renda O representante do Ministério da Previdência Social, Dênisson Almeida Pereira, admitiu que o fator previdenciário provocou a redução do valor médio dos benefícios, sendo que o objetivo inicial não era este. Uma das consequências, segundo ele, é que muitos aposentados continuaram a trabalhar, fazendo da aposentadoria uma forma de completar a renda. - A aposentadoria não foi feita para ser um complemento de renda, mas para substituir os ganhos de quem estava na ativa - afirmou. O representante do governo alertou ainda para o crescente envelhecimento da população brasileira e a necessidade de investimento em políticas públicas para os idosos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados por Dênisson Pereira, o Brasil tem hoje pouco mais de 19 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2050, serão 64 milhões.

Propostas Durante a audiência pública, alguns dos convidados apresentaram soluções alternativas ao fator previdenciário. A Força Sindical, por exemplo, defende um sistema que valorize o tempo de contribuição e em que o aposentado tenha idêntica remuneração ao do período da ativa. - Os trabalhadores da iniciativa privada começam a trabalhar cedo no Brasil, o atual sistema reduz a aposentadoria, em média, em 42% - reclamou o diretor institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, Paulo José Zanetti. De acordo com a proposta da Força Sindical, ficariam mantidos os atuais parâmetros de tempos de contribuição mínimos equivalentes a 30 anos para a mulher e 35 anos para o homem, previstos na Constituição. A renda mensal do benefício seria integral quando a soma do tempo de contribuição e da idade atingir 80 para a mulher e 90 para o homem. Seria o caso, por exemplo, de uma mulher de 50 anos que contribuiu por 30 anos, ou de um homem de 55 que contribuiu por 35 anos. Quando a soma fosse inferior a 80 ou 90, haveria a aplicação de um fator redutor. Caso contrário, seria aplicado um fator multiplicador.

Críticas ao PT Diante das críticas ao fator previdenciário, algumas delas direcionadas ao PSDB, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), questionou a razão de o governo petista ainda não ter feito nada para alterar ou acabar com o atual mecanismo, após nove anos no poder, uma vez que se posicionou contra a fórmula quando ela foi criada. - O atual governo diz que é contra o fator e que este é perverso. Então é preciso mudar, não é? Por que não mandam um projeto com esse objetivo? Eu estou pronto para votar a favor dessa mudança - declarou o senador.

Reajustes O aumento para aposentados e pensionistas que ganham acima do mínimo também foi tema de discussão. Os convidados foram unânimes na defesa de um reajuste real dos benefícios acima da inflação. - O que se faz com o aposentado brasileiro é massacre, não tem qualificação. Gente que passou 40 anos contribuindo sobre dez salários hoje recebe menos da metade - lamentou o vice-presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Nelson de Almeida. O reajuste para os beneficiários foi um dos pontos polêmicos na votação da proposta orçamentária para 2012, no fim do ano passado no Congresso Nacional. Na ocasião, os aposentados reivindicaram reajuste de 11,7% para as aposentadorias acima do salário mínimo. Esse percentual correspondia à correção da inflação, mais um aumento real. O relatório final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) garantiu apenas a reposição inflacionária de 6,3%. - Agora estamos cumprindo um compromisso com a categoria, que é buscar, ao longo de 2012, um entendimento com o governo a fim de melhorar a situação dos beneficiários. Se a situação continuar do jeito que está, vai chegar um tempo em que todos vão ganhar apenas um salário mínimo - afirmou Paim.

Outros números sobre a Previdência apresentados na audiência * O aumento real de 1% para os benefícios acima de um salário mínimo provoca uma elevação de despesa da ordem de R\$ 1,3 bilhão somente no ano em que é aplicado o reajuste; * A soma anual das aposentadorias emitidas por tempo de contribuição, passou, em valores nominais, de R\$ 10,5 bilhões, em 1995, para cerca de R\$ 76,7 bilhões em 2011; * Em 2011, as aposentadorias por tempo de contribuição responderam por quase 1/3 do valor total dos benefícios emitidos (31,1%). * Em dezembro de 2011, o valor médio líquido das aposentadorias por tempo de contribuição foi de R\$ 1.277,10; enquanto a média de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social nesse mês foi de R\$ 757,71; * A idade média dos homens brasileiros que se aposentam por tempo de contribuição é 54 anos. A das mulheres é de 51 anos. * No período de 1995 a 2011 os

aposentados e pensionistas que ganham acima do mínimo tiveram um ganho real da ordem de 15,8% acima da inflação, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. (Fonte: Agência Senado) **Jorge Caetano Ferminopj**